

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JAMILE HADDAD BARUKI

O USO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS POR
GRANDES EMPRESAS

CURITIBA

2019

JAMILE HADDAD BARUKI

O USO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS POR
GRANDES EMPRESAS

Artigo apresentado como requisito parcial à
conclusão do curso de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Marcelo Kozikoski

CURITIBA

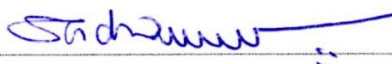
2019

TERMO DE APROVAÇÃO

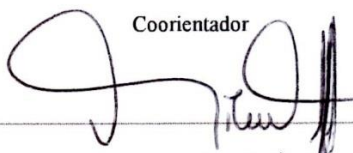
JAMILE HADDAD BARUKI

Uso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por grandes empresas: jurisprudência e (in)constitucionalidade

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



SANDRO MARCELO KOZIKOSKI
Orientador



VICENTE DE PAULA ATAÍDE JR
Primeiro Membro



WILLIAM SOARES PUGLIESE
Segundo Membro

O uso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por grandes empresas

Jamile Haddad Baruki

RESUMO

No presente artigo, a utilização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por grandes empresas é analisada por meio de apresentação de julgados. Partindo dessa pesquisa, são indicadas vantagens procedimentais que o instituto apresenta para as grandes empresas e tecidas críticas acerca do tema, visando à proteção dos consumidores afetados.

Palavras-chave: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Jurisprudência. Crítica. Consumidores.

1 INTRODUÇÃO

Na data de 5 de novembro de 2015, em Mariana-MG, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, controlada pela Samarco Mineração S.A. O fato causou danos expressivos não apenas ao meio ambiente, mas também aos residentes das regiões do desastre.

A população afetada demandou a empresa responsável pela barragem em inúmeras ações judiciais repetitivas, visando a reparação dos danos experimentados. Como estratégia processual, a Samarco Mineração S.A. requereu a instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

O IRDR é um instituto trazido pelo novo Código de Processo Civil que dispensa um tratamento coletivo a demandas individuais similares versando sobre idêntica questão jurídica, com objetivo de fixação de um entendimento a respeito da matéria.

Por meio deste incidente, é fixada uma tese jurídica sobre a questão de direito discutida nas demandas individuais repetitivas que será aplicada para todos os processos pendentes e futuros envolvendo, no caso citado, a Samarco Mineração S.A., dentro da área de jurisdição do Tribunal de Justiça no qual foi instaurado o incidente.

Perante o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a empresa requereu a instauração do incidente ao Colégio Recursal dos Juizados Especiais, o qual foi

admitido sob o nº 040/2016¹. Buscava-se fixar uma tese jurídica acerca do dano moral devido aos cidadãos capixabas pelo corte no abastecimento de água potável nas cidades banhadas pelo Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão.

O Tribunal entendeu ser devido o dano moral, entretanto, estipulou que para cada demanda o valor máximo da indenização seria de apenas R\$ 1.000,00 (mil reais). Ao que parece, a tese jurídica proferida no IRDR citado foi favorável aos interesses da Samarco Mineração S.A., pois fixou uma indenização de valor ínfimo a ser paga por uma empresa que obtém lucros na faixa dos bilhões de reais.

Entretanto, a estratégia processual escolhida pela empresa envolveu riscos, pois ao requerer a instauração do incidente era possível também obter uma tese mais desfavorável, com fixação de montante expressivo a ser pago a título de danos morais.

Esse risco assumido pela empresa motivou o presente estudo, pois a impressão que se extrai é que a Samarco Mineração S.A. confiava na obtenção de uma tese favorável com o IRDR proposto. Do contrário, não haveria razão para escolher uma estratégia processual que resultaria em prejuízo financeiro para a empresa.

Assim, no presente artigo será analisada a utilização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas pela mineradora supracitada e também por outras grandes empresas, verificando na jurisprudência pátria a probabilidade de obtenção de teses favoráveis aos interesses destes litigantes e as razões para tanto.

Por fim, considerando ainda que, com base no incidente aqui apresentado, o IRDR aparentou ter privilegiado uma grande empresa que violou direitos em massa, serão tecidas críticas ao seu uso e apontadas possíveis soluções para que os consumidores afetados consigam alcançar paridade de armas no Tribunal.

2 PROCEDIMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Para analisar o uso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, é necessário conhecer o procedimento previsto nos artigos 976 a 987 do novo Código

¹ e-Diário do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. **IRDR nº 040/2016**. Disponível em: <<https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/component/ediario/484460?view=content>> Acesso em: 03 nov. 2019.

de Processo Civil, que será apresentado de maneira breve, uma vez que já existem trabalhos dedicados a dissecá-lo².

O IRDR pode ser instaurado quando existe efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (art. 976, CPC). Para tanto, há a seleção de um processo-piloto entre as demandas repetitivas e a apresentação de decisões divergentes dos Magistrados do Tribunal sobre uma mesma questão de direito.

Podem requerer a instauração do incidente o juiz ou relator, as partes, o Ministério Público ou a Defensoria Pública para o Presidente do Tribunal (art. 977, parágrafo único, CPC). O julgamento do feito caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do Tribunal (art. 978, CPC).

Enquanto se aguarda a tramitação do IRDR, serão suspensos os processos pendentes que versem sobre a mesma questão de direito que tramitam no Estado (art. 982, CPC) ou no País (art. 982, §3º, CPC). O feito deverá ser julgado em até um ano e, caso se ultrapasse esse prazo, a suspensão dos processos será encerrada (art. 980, parágrafo único, CPC).

Para instruir o incidente, o relator ouvirá as partes, os demais interessados e o Ministério Público, podendo realizar audiência pública para que *amici curiae* tenham oportunidade de se manifestar (art. 983, § 1º, CPC).

Com o julgamento do IRDR, é fixada uma tese jurídica acerca da questão de direito discutida nos processos repetitivos (art. 985, CPC) e também é julgado o processo-piloto (art. 978, parágrafo único, CPC).

A tese jurídica é aplicada aos processos pendentes e futuros que tramitem dentro da jurisdição do Tribunal, incluindo os Juizados Especiais (art. 985, I, CPC). Desta forma, há o julgamento padronizado das causas individuais, evitando que sejam proferidas decisões divergentes em processos repetitivos que discutem uma mesma questão de direito.

Do julgamento do incidente cabe recurso especial ou extraordinário, conforme o caso (art. 987, CPC). Após o trânsito em julgado, na hipótese da tese jurídica não ser aplicada ao julgamento das demandas repetitivas, caberá

² Cf. MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: decisão de questão idêntica x precedente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016; e MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. **O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo código de processo civil**. Revista de Processo RT, São Paulo, vol. 243, p. 283-331, maio 2015.

reclamação (art. 985, §1º, CPC). Ainda, caso haja mudança legal ou fática capaz de alterar o entendimento do Tribunal, caberá revisão da tese jurídica (art. 986, CPC).

3 METODOLOGIA

Por opção metodológica, para estudo do tema aqui proposto foram selecionados julgados que versam sobre os interesses de grandes empresas com o denominador comum de já terem trânsito em julgado. Não é aconselhável utilizar amostragem de processos que ainda não tenham sido encerrados, uma vez que se estaria apresentando dados que seriam passíveis de alteração no futuro.

O Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR)³ do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi o ponto de partida da busca pelos IRDRs.

Por meio desse sistema foi possível descobrir julgados buscando pelo Tribunal desejado e pela fase processual escolhida. Para pesquisa foram selecionados os Tribunais de Justiça Estaduais e também os Tribunais Regionais Federais, indicando como situação processual o trânsito em julgado.

O BNPR, contudo, é um banco de dados incompleto: apresenta apenas a questão de direito suscitada no incidente, a tese jurídica adotada e o número de processos paradigma e sobrestados. Dados importantes como a numeração única do processo paradigma ou o nome das partes do incidente não constam do BNPR.

Desta forma, foi necessário buscar os julgados diretamente no site de cada Tribunal. O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) atuou de modo a criar páginas para consulta dos IRDRs suscitados nos Tribunais, sendo a pesquisa facilitada por esta organização.

Entretanto, as páginas que apresentam os incidentes não mostram seu conteúdo, sendo necessário fazer pesquisa do processo através da numeração única.

O art. 979 do Código de Processo Civil dispõe que “a instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade [...]”. Contudo, por meio de consulta pública, na maioria das vezes, os únicos documentos disponíveis são os acórdãos, não sendo possível acessar a

³ Conselho Nacional de Justiça. **Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/bnpr-web/>> Acesso em: 13 dez. 2019.

manifestação das partes, dos *amici curiae*, dos interessados ou do Ministério Público.

Desta forma, a pesquisa acaba por se tornar limitada aos relatórios dos processos nos acórdãos, que permitem uma reconstrução das movimentações dos IRDRs.

Ao total, foram encontrados apenas quatro julgados passíveis de utilização para a presente pesquisa. O número pequeno é explicado por três razões, conforme seguem.

Inicialmente, o instituto é utilizado de maneira majoritária para resolução de questões diversas da vertente aqui aventada, envolvendo temas afetos às áreas de conhecimento do direito administrativo, tributário e trabalhista.

Ademais, outro fator que limita a pesquisa é o fato do incidente ainda representar um pequeno número de processos na maioria dos Tribunais, não tendo alcançado popularidade e prestígio entre os operadores. Talvez os riscos advindos da fixação de tese antagônica aos interesses defendidos desestimulem certos agentes em operá-lo.

Por fim, poucos incidentes que tratam do tema aqui escolhido já transitaram em julgado, haja vista a contemporaneidade do IRDR, que passou a ser utilizado com a vigência do Código de Processo Civil de 2015. Desta forma, ainda que tenha sido feita pesquisa nos Tribunais Regionais Federais, os incidentes sobre interesse de grandes empresas não haviam transitado em julgado, de modo que foram selecionados apenas julgados dos Tribunais de Justiça Estaduais.

4 APRESENTAÇÃO DOS JULGADOS

4.1 SAMARCO MINERAÇÃO S.A. – IRDR Nº 1.0105.16.000562-2/001 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS.

A Samarco Mineração S.A. propôs o IRDR nº 1.0105.16.000562-2/001 perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais⁴. A mineradora buscava determinar se os Juizados Especiais eram competentes para julgar demandas de

⁴ Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **IRDR nº 1.0105.16.000562-2/001**. Disponível em: <https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_complemento2.jsp?listaProcessos=10105160005622001>. Acesso em: 03 nov. 2019.

indenização por danos morais fundamentadas na dúvida acerca da qualidade da água fornecida em razão do rompimento da barragem de Fundão.

No processamento do incidente, não foi conhecido o pedido de habilitação como *amicus curiae* da Associação dos Advogados de Governador Valadares (AADVOG) e foi dispensada a realização de audiência pública.

O Ministério Público se manifestou pela competência dos juizados especiais para julgar os processos repetitivos; entretanto, a 2ª Seção Cível do Tribunal proferiu entendimento diverso.

Afirmou aquela Corte que é necessária produção de prova pericial de grande complexidade para analisar a qualidade da água, o que seria incompatível com o rito dos Juizados Especiais, razão pela qual as ações pendentes seriam extintas. Desta forma, aqueles que ainda desejavam demandar contra a empresa precisariam ajuizar nova ação na Justiça Comum – atentando para o fato de que prescreveria nos meses seguintes a pretensão da reparação civil⁵.

Neste incidente é interessante notar que, independentemente da decisão do Tribunal, a Samarco Mineração S.A. não seria prejudicada pela aplicação da tese jurídica. Caso o Tribunal houvesse fixado o entendimento de que os Juizados Especiais eram competentes para julgar as ações em discussão, a empresa simplesmente seguiria atuando em cada demanda individual.

Embora não se possa falar em prejuízo, a Samarco Mineração S.A. deixaria de se beneficiar caso essa fosse a tese jurídica adotada. Como o entendimento do Tribunal foi outro, as ações individuais foram extintas em razão da incompetência dos Juizados Especiais, o que acabou por poupar recursos da empresa com advogados, pagamento de custas e de indenizações por dano moral em caso de condenação. Assim, a tese jurídica foi favorável à Samarco Mineração S.A.

4.2 COMPANHIA SANEAMENTO DE GOIÁS S/A (SANEAGO) – IRDR Nº 5191712.12.2016.8.09.0000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

⁵ O IRDR mencionado foi julgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais apenas em setembro de 2018, não havendo previsão de suspensão da prescrição enquanto se aguardava pelo julgamento. O fato indicado nas ações como gerador do dano moral, qual seja, o rompimento da barragem de Fundão que afetou o fornecimento e a qualidade da água, ocorreu em novembro de 2015. Assim, em novembro de 2018, poucos meses após o julgamento do IRDR, aconteceria a prescrição da pretensão da reparação civil, na forma do art. 206, §3º, V do Código Civil.

Na esteira do incidente apresentado no item acima, o IRDR nº 5191712.12.2016.8.09.0000, proposto perante o Tribunal de Justiça de Goiás, também aborda o fornecimento de água imprópria para o consumo, desta vez pela Companhia Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO)⁶. O juízo buscava fixar se tal fato causava ou não, por si só, dano moral ao consumidor e qual o valor adequado para fins de reparação do prejuízo.

A 3ª Câmara Cível do Tribunal goianense entendeu que o fornecimento de água imprópria para o consumo não causa, de plano, dano moral ao consumidor, sendo necessário demonstrar a existência do dano e o nexo de causalidade entre a conduta da empresa e o prejuízo sofrido no caso concreto. Ademais, entendeu o juízo que a fixação do valor a título de indenização cabe aos magistrados que analisam as demandas individuais, considerando as circunstâncias fáticas de cada processo.

A tese jurídica deveria ser fixada para pacificar a divergência entre as decisões de um mesmo Tribunal, mas acabou por apenas transferir para os magistrados a responsabilidade de decidir sobre a existência de danos morais nos casos concretos e seu valor. Assim, a princípio, a tese proferida neste incidente não se mostra eficiente e sequer altera a direção das demandas individuais.

Entretanto, a 3ª Câmara Cível daquele Tribunal julgou também o processo-piloto do incidente, proferindo decisão que acabou por impactar diretamente os demais processos. Entendeu o juízo que não haveria configuração de dano moral no caso analisado, pois não se provou que foi efetivamente fornecida água imprópria para o consumo para a autora da ação:

No que diz respeito às fotografias e vídeos juntados com a inicial (mov. nº 03 – 05 Processo Originário 96959.60), não são suficientes à comprovação dos fatos, nem se verificou o abalo sofrido pela moradora de que ela teria utilizado-se da água com coloração alterada, uma vez que foram anexadas ao processo fotos genéricas retiradas de redes sociais e utilizadas em vários processos da mesma natureza movidas pelos consumidores de Campinorte; inclusive, outros processos que se encontravam, sob esta Relatoria, da mesma natureza, apresentam tais características, isto é, idênticas fotos retiradas da internet para demonstrarem a coloração alterada da água fornecida pela Apelante/R.; sem, contudo, comprovação de que, de fato, a referida água tenha chegado às torneiras da casa, com a coloração alterada e tenha sido consumida, não havendo como aferir de qual consumidor teriam sido extraídas aquelas imagens e vídeos, ou seja, “não individualizando os consumidores que consumiram a água com coloração

⁶ Tribunal de Justiça de Goiás. **IRDR nº 5191712.12.2016.8.09.0000 – Tema 1**. Disponível em: <<https://www.tjgo.jus.br/index.php/nucleo-de-gerenciamento-de-precedentes-nugep/irdr>> Acesso em: 04 nov. 2019.

alterada, abrindo espaço para que todos os moradores da cidade de Campinorte ajuízem ações de indenização em desfavor da Saneago.”, como ressaltou o em. Des. Carlos Alberto França, em recente julgamento.⁷

Como se vê, com o julgamento do processo-piloto, a 3ª Câmara Cível do Tribunal elaborou parâmetros para a avaliação das provas juntadas nas demandas individuais. As fotos idênticas utilizadas em vários processos sobre a questão do fornecimento de água imprópria não foram consideradas como constituintes do direito à indenização por danos morais.

Ainda, no tocante à utilização de outros meios de prova, diversos das fotos mencionadas, esclarece o Relator que seriam inócuos:

Por outro lado, não vejo como melhor procedimento a realização de prova pericial e ou testemunhal, nesta altura, para comprovação dos fatos alegados pela Apelada/A., com improvável obtenção da verdade real, justamente, por, à evidência, não existir mais a amostra ou qualquer outro vestígio (água com coloração alterada na residência da Autora, à época dos fatos), pois, a ação foi movida em 17/03/2015, quando teria ocorrido esse fato em tela.⁸

Ao processar o incidente, a 3ª Câmara Cível passou a atuar como órgão responsável pela uniformização de jurisprudência do Tribunal (art. 978, CPC). Assim, o que se decidiu sobre as provas passou a ser aplicável aos demais processos repetitivos.

Uma vez que vários processos utilizam o mesmo conjunto probatório do processo-piloto, conforme informou o Relator do incidente, cada magistrado responsável pelo julgamento das demandas individuais não terá outra escolha, senão seguir o entendimento proferido pela 3ª Câmara Cível.

Desta forma, os consumidores das demandas individuais ficaram de mãos atadas: as fotos que possuem não são aceitas como prova e as outras provas que poderiam vir a produzir são consideradas ineficazes de plano. Portanto, a tese jurídica fixada no incidente foi favorável à Companhia Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO), uma vez que dificultou a comprovação do fornecimento de água imprópria para o consumo, e conseqüentemente, poupou a empresa de pagar indenização por danos morais.

⁷ Rota Jurídica. **IRDR nº 1.0000.16.032795-3/000**, p. 11-12. Disponível em: <<https://www.rotajuridica.com.br/wp-content/uploads/2018/10/INCIDENTE-DE-RESOLU%C3%87%C3%83O-DE-DEMANDAS-REPETITIVAS-N%C2%BA-5191712.12.2016.8.09.0000.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2019.

⁸ Cf. nota de rodapé 6.

4.3 ITAÚ VEÍCULOS S/A – IRDR Nº 1.0000.16.032795-3/000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Foi instaurado o IRDR nº 1.0000.16.032795-3/000 perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais para verificar se a teoria do adimplemento substancial pode ser adotada nos contratos de financiamento com alienação fiduciária em garantia⁹. O processo-piloto selecionado foi uma apelação interposta pelo Itaú Veículos S/A que discutia essa questão e também a possibilidade do credor fiduciário se utilizar de busca e apreensão em caso de inadimplemento, ainda que o devedor tenha cumprido grande parte do contrato.

Participaram do incidente como *amici curiae* a Defensoria Pública de Minas Gerais e o Banco do Brasil S/A e como interessados a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). A Defensoria Pública e o IDEC foram favoráveis à aplicação da teoria do adimplemento substancial, enquanto o Banco do Brasil e a FEBRABAN se posicionaram de maneira contrária.

O Ministério Público defendeu a aplicação da mencionada teoria aos contratos de financiamento com alienação fiduciária em garantia, sendo contra a busca e apreensão, uma vez que os credores possuem formas menos gravosas de obtenção do crédito. Asseverou, ainda, que normalmente o bem apreendido é vendido por valor inferior ao preço de mercado, dado que o interesse do banco credor reside apenas na quitação das poucas prestações vencidas.

Apesar do pleito ministerial, a 2ª Seção Cível do Tribunal firmou entendimento de que a teoria do adimplemento substancial não se aplica ao contrato de mútuo bancário garantido por alienação fiduciária para aquisição de bem móvel fungível, razão pela qual é possível que o credor se utilize da busca e apreensão mesmo quando o inadimplemento é mínimo.

Verifica-se que, apesar da participação de entidades que defendem os consumidores no incidente, foi fixada tese favorável aos interesses dos bancos, que podem se utilizar da busca e apreensão do bem financiado para venda, ainda que grande parte do contrato tenha sido cumprida.

⁹ Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **IRDR nº 1.0000.16.032795-3/000**. Disponível em: <https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_complemento2.jsp?listaProcessos=10000160327953000>. Acesso em: 04 nov. 2019.

4.4 BANCO SANTANDER BRASIL S/A – IRDR Nº 2121567-08.2016.8.26.0000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, foi proposto pelo Banco Santander Brasil S/A o IRDR nº 2121567-08.2016.8.26.0000 para uniformizar a jurisprudência acerca da possibilidade ou não de ajuizamento de ação de prestação de contas por correntista sem o indicativo dos lançamentos reputados indevidos e/ou duvidosos, apurando-se se tal fato implicaria generalidade e indeterminação do objeto da ação e, por conseguinte, a extinção do feito sem resolução do mérito por falta de interesse de agir¹⁰.

O Banco do Brasil S/A, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e o Banco Central do Brasil participaram do incidente como interessados, pugnando pela necessidade de indicação dos lançamentos questionados por parte do correntista para a propositura da ação de prestação de contas contra o banco.

Esta foi a tese jurídica adotada pela 2ª Turma Especial de Direito Privado do Tribunal, que entendeu pela impossibilidade de ajuizamento de ação de exigir contas por correntista de forma vaga e genérica, sendo necessário apontar na inicial o indicativo dos lançamentos reputados indevidos e/ou duvidosos e o período exato em que ocorreram, com exposição de motivos consistentes que justifiquem a provocação do Poder Judiciário.

Com a aplicação de tal tese, as prestações de contas pendentes que não atendem aos requisitos determinados no incidente são extintas e as futuras são julgadas liminarmente improcedentes (art. 332, III, CPC). A situação é favorável não apenas aos bancos comumente demandados, que economizam recursos atuando em um número menor de ações, mas também aos magistrados, que têm menos processos para julgar.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da breve análise jurisprudencial realizada, percebe-se tendência significativa de que o uso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas seja favorável às grandes empresas brasileiras.

¹⁰ Tribunal de Justiça de São Paulo. **IRDR nº 2121567-08.2016.8.26.0000**. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Nuget/Irdre/DetalheTema?codigoNoticia=51079&pagina=1>> Acesso em: 04 nov. 2019.

Nos julgados envolvendo os interesses da Samarco Mineração S.A. e da Companhia Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO), estão presentes fortes indícios de que as demandadas forneceram água imprópria para o consumo humano aos cidadãos, tanto que foram condenadas em inúmeras ações individuais, conforme se vê do relatório dos incidentes:

IRDR SAMARCO S.A:

Quanto ao requisito alusivo ao risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, art. 976, II do CPC, erigiu seu preenchido em razão da constatação de que as demandas repetitivas estão experimentando julgamentos discrepantes, o que denotaria o risco à segurança jurídica e à isonomia, já que **há decisões que consideram não ser necessária a realização de prova pericial, reconhecendo a competência do Juizado Especial, restando, ao final, por condenar a Samarco ao fornecimento de água mineral e ao pagamento de indenização por dano moral devido à incerteza decorrente da qualidade da água**, bem como decisões que entendem pela imprescindibilidade da produção de prova técnica, reconhecendo a incompetência do Juizado Especial, pelo que extinguem os respectivos processos, sem resolução do mérito, nos termos do art. 3º, C/C 51, II da Lei 9.099/65, franqueando à parte a possibilidade de intentar nova Ação na Justiça Comum.¹¹ (Sem grifo no original)

IRDR SANEAGO:

É incontroverso a divergência no entendimento adotado por essa eg. Corte sobre a matéria, **existindo, ainda, pronunciamentos judiciais diversos, especificamente: a) pela configuração dos danos morais, ante o fornecimento de água imprópria para o consumo, mantendo-se o quantum arbitrado pelo juízo singular** (1ª Câmara Cível, AC n. 65240-60, Relª. Desª. Amélia Martins de Araújo, DJe 15/04/2016), (3ª Câmara Cível, AC nº 77526-70.2015.8.09.0170, Rel. Des. Walter Carlos Lemes, DJe 2017 de 29/04/2016), (4ª Câmara Cível, AC nº 310021-86.2015.8.09.0170, Rel. Dr. Sérgio Mendonça de Araújo, DJe 2074 de 22/07/2016); e (b) pela não ocorrência de danos morais, pois a falha do serviço público (fornecimento de água barrenta), não é capaz de deflagrar o dano moral (2ª Câmara Cível, AC n. 71684-12, Rel. Des. Amaral Wilson de Oliveira, DJe de 28/01/2016), (5ª Câmara Cível, AC n. 279777-77, Rel. Dr. Delintor Belo de Almeida Filho, DJe 2083 de 05/08/2016) e (6ª Câmara Cível, AC 61565-89.2015.8.09.0170, Rel. Des. Jeová Sardinha de Moraes, julgado em 04/10/2016, DJe 2130 de 13/10/2016).¹² (Sem grifo no original)

Assim, é alarmante que essas empresas tenham obtido teses favoráveis nos incidentes, uma vez que são prováveis violadoras em massa dos direitos dos consumidores.

Já nos julgados envolvendo os interesses dos bancos, não é possível identificar qualquer conduta ilícita praticada pelos grandes litigantes. Os incidentes foram instaurados, respectivamente, para verificar a aplicação da teoria do adimplemento substancial aos contratos de alienação fiduciária e para determinar os

¹¹ Cf. nota de rodapé 3.

¹² Cf. nota de rodapé 6.

requisitos mínimos para o ajuizamento da ação de prestação de contas contra os bancos. Porém, há indícios de utilização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas com viés defensivo, visando evitar responsabilização em demandas individuais.

Isto porque é fato que os grandes bancos são comumente violadores dos direitos dos consumidores, por meio de práticas como envio de cartão de crédito sem solicitação, venda casada, cobrança de tarifas sobre serviços essenciais, entre outras¹³. Desta forma, com base na tendência jurisprudencial observada, tem-se que, ainda que os incidentes fossem outros e envolvessem práticas ilícitas dos bancos, estes obteriam teses favoráveis de qualquer maneira.

Ante o exposto, é essencial conhecer os possíveis motivos por detrás da obtenção de teses favoráveis aos grandes litigantes para que seja possível aos consumidores atuarem no processo de maneira a preservar seus direitos.

5 RAZÕES PARA OBTENÇÃO DE TESES FAVORÁVEIS

5.1 ESCOLHA DO PROCESSO-PILOTO

Conforme se explicou brevemente no tópico do procedimento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, quando da instauração do feito, é escolhido um processo-piloto entre as ações representantes da controvérsia sobre uma mesma questão de direito.

Na instauração a requerimento das partes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, o feito será iniciado a partir daquele processo do qual participam. Já na instauração de ofício, o magistrado tem o poder de eleger um dos processos repetitivos que julga como causa-piloto.

Contudo, quando a instauração é requerida por grandes empresas, estas podem se utilizar da escolha do processo-piloto para obter vantagem no julgamento do incidente, conforme alerta MARINONI:

¹³ PRADO, Pedro Henrique Lisboa. **5 Direitos do Consumidor em Bancos**. Disponível em: <<https://phlisboaprado.jusbrasil.com.br/artigos/319734279/5-direitos-do-consumidor-em-bancos>> Acesso em: 05 nov. 2019.

[...] O processo originário, que deu origem ao incidente, pode ser estrategicamente identificado pelo litigante que é parte em todas as demandas repetitivas para ter a oportunidade de se defrontar perante o tribunal com parte cujo advogado não vem se esforçando na defesa do seu constituinte, ou já apresentou peças processuais com argumentação insuficiente.¹⁴

Assim, as grandes litigantes podem escolher o processo-piloto em que a outra parte atuou de maneira ineficaz na defesa de seus direitos como representante da controvérsia. Por certo, a escolha se dará naqueles processos em que o contraditório foi rarefeito.

Entretanto, é preciso advertir que nos julgados apresentados no presente artigo, não há como verificar se a escolha do processo-piloto foi efetivamente vantajosa para as grandes empresas, uma vez que não se tem acesso à amostragem dos demais processos pendentes para avaliá-los comparativamente.

5.2 REPRESENTAÇÃO ADEQUADA DOS LITIGANTES EXCLUÍDOS

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas deixou também de prever acerca da representação adequada dos litigantes que não participam diretamente do feito, aqueles que são partes nos processos pendentes ou futuros sobre a mesma questão de direito que é decidida no incidente.

O procedimento apenas determina que os litigantes do processo-piloto atuam em favor de todos os demais excluídos. Não há qualquer previsão no sentido de controlar a qualidade desta representação, conforme leciona MARINONI:

Assim, certamente não se verifica, por exemplo, se o autor ou o réu que se coloca no lugar dos excluídos sustentou suas razões no julgamento do incidente, nos termos do art. 984, II, “a” do Código de Processo Civil, que confere ao autor e ao réu do processo originário o prazo de trinta minutos para tanto. Também se ignora se o advogado da parte que faz as vezes dos excluídos é habituado a sustentações orais no tribunal ou se a parte tem condições financeiras para sustentar a viagem do seu advogado à sede de Tribunal Regional Federal, quando o processo originário é oriundo de comarca sediada em outro estado.¹⁵

Desta forma, as grandes empresas estão mais uma vez em vantagem no incidente, pois concentram seus esforços neste único feito contra as partes do

¹⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. Da (i)legitimidade constitucional do IRDR. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 8, n. 79, p. 78-96, jun. 2019, p. 89.

¹⁵ Ibidem, p. 89.

processo-piloto, que por vezes não possuem a capacidade técnica para enfrentá-los, enquanto os demais litigantes não têm meios de influenciar a decisão do Tribunal.

Foi o que se verificou nos julgados aqui apresentados, nos quais não houve participação dos litigantes excluídos. Não obstante, participaram dos incidentes como interessados ou *amici curiae* outras grandes litigantes ou associações que apoiam as empresas demandadas.

A participação destes sujeitos dar-se-ia com o propósito de implementação de um contraditório fluído no processo, criando um espaço de discussão privilegiado, conforme ensina KOZIKOSKI¹⁶. Entretanto, a intenção do legislador não se concretizou, uma vez que na prática o que ocorreu foi a participação apenas de sujeitos que apoiavam a tese jurídica defendida pelas grandes empresas.

Assim, no entendimento do autor citado, poder-se-ia cogitar de um desequilíbrio informacional decorrente da atuação polarizada de *amici curiae*, criando “um ambiente de favorecimento aos grupos mais organizados da sociedade”¹⁷.

Neste sentido, aponta-se o IRDR nº 2121567-08.2016.8.26.0000, proposto pelo Banco Santander Brasil S/A, com o Banco do Brasil S/A, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e o Banco Central do Brasil participando como interessados, contra o correntista do primeiro banco, que não recebeu auxílio de nenhuma associação consumerista¹⁸.

5.3 MASSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

Ainda, além das vantagens procedimentais do incidente, existe também uma vantagem de ordem fática para os grandes litigantes: a massificação dos conflitos.

A litigiosidade de massa acabou por superlotar o Poder Judiciário brasileiro, de modo que os magistrados fazem o possível para diminuir o número de processos nos Tribunais, conforme aponta AMARAL:

¹⁶ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Garantismo, contraditório fluído, recursos repetitivos e incidentes de coletivização. In **O novo código de processo civil: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais**, Coordenação Marcia Cristina Xavier de Souza e Walter dos Santos Rodrigues, Rio de Janeiro : Campus Elsevier, 2012, artigo 16, p. 10-13.

¹⁷ Ibidem, artigo 16, p. 11.

¹⁸ Cf. tópico 4.4.

Grave deformidade causada pela massificação dos litígios é, ainda, a supervalorização da forma como um meio de reduzir as pilhas de autos que se acumulam nos tribunais. Enrijecem-se os requisitos de admissibilidade recursal: um carimbo ilegível, uma folha faltante na formação de um agravo de instrumento, a interposição do recurso antes da publicação da decisão recorrida, são causas suficientes para fulminar pretensões muitas vezes legítimas.¹⁹

A tese fixada no IRDR pode orientar a resolução dos processos pendentes e futuros, com posterior fase recursal e de execução, mas pode também resultar na extinção dos processos pendentes e na improcedência liminar dos futuros.

A depender do caso concreto, os magistrados podem ser influenciados a adotar a tese jurídica que acabará por diminuir a quantidade de trabalho deles. Foi isso que ocorreu no IRDR nº 2121567-08.2016.8.26.0000 supracitado, em que se entendeu pela impossibilidade de ajuizamento de ação de exigir contas por correntista de forma vaga e genérica, resultando na extinção dos feitos que não atendiam a este entendimento.

Esta massificação dos conflitos pode ser a justificativa por detrás das decisões favoráveis à Samarco Mineração S.A. e à Companhia Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO). Caso a tese jurídica fixada fosse favorável aos consumidores, estes lotariam ainda mais os Tribunais, conforme explica TEIXEIRA:

Significa dizer que o julgamento da questão de direito repetitiva via IRDR não importará em uma redução no número de ações futuras em torno daquela mesma questão. Ao inverso, em muitos casos, a solução afirmativa de um direito homogêneo provocará um incremento de ações individuais de parte de todos os seus titulares em busca de seu reconhecimento efetivação judicial. Desnecessário esforço de imaginação para projetar-se um IRDR afirmativo de direito de consumidor, de larga escala, para que milhares de demandas repetitivas desaguem no Judiciário, fortemente estimuladas pela classe dos advogados.²⁰

Desta maneira, a grande quantidade de trabalho dos magistrados aparenta influenciar diretamente no julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, sendo que a tendência jurisprudencial indica que a tese jurídica será fixada visando diminuição do número de processos pendentes ou futuros sobre a questão discutida.

¹⁹ AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um “incidente de resolução de demandas repetitivas”. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 196. p. 237-273, jun. 2011, p. 250-251.

²⁰ TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. Incidente de resolução de demandas repetitivas: projeções em torno de sua eficiência. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, vol. 16, p. 211-239, jul./dez. 2015, p. 233.

6 CRÍTICAS AO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA OS CONSUMIDORES AFETADOS

6.1 PONTOS CRITICÁVEIS

Conforme já exposto, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas não prevê meios para assegurar que o processo-piloto seja o mais representativo da controvérsia. Ademais, tampouco há previsão de controle da representação adequada dos litigantes excluídos. Desta forma, é criticável o procedimento previsto para o instituto, pois resulta em possível contraditório rarefeito.

Não obstante, IRDR foi pensado de forma a vincular todos os processos pendentes e futuros que tenham como objeto uma mesma questão de direito, não prevendo aos litigantes a possibilidade de serem excluídos do incidente, ainda que eles sejam afetados por tese jurídica desfavorável aos seus interesses. Tal disposição pode ser criticada pelo ponto de vista do direito de ação previsto na Constituição, uma vez que pode haver eventual violação.

6.2 POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA OS CONSUMIDORES AFETADOS

6.2.1 ESCOLHA DO PROCESSO-PILOTO

No tocante ao princípio do contraditório, é possível que os magistrados sejam pressionados para atuar de forma a amenizar o contraditório rarefeito no processo.

Inicialmente, no tocante à escolha do processo-piloto, deverá ser feito um controle pelo juízo, para que seja escolhida causa que melhor representa a controvérsia. Desta forma, nas instruções de CABRAL, deverá o magistrado escolher o processo-piloto privilegiando o contraditório substancial, ou ao menos, fiscalizando a escolha:

De um lado, exigir que tenha se verificado contraditório efetivo significa rejeitar a seleção de processos em que tenha ocorrido revelia, ou naqueles em que, apesar de ter havido contestação, possa-se observar baixa densidade de contra-argumentação, tanto em questões fáticas (confissão ou falta de impugnação específica dos fatos alegados pelo autor), como nas *quaestio iuris*, o que pode ocorrer simplesmente por pensar o réu que, pelo brocardo *iura novit curia*, o centro de sua argumentação deva girar em torno das questões de fato.²¹

Além de o magistrado evitar processos em que não há defesa efetiva e de qualidade por parte dos litigantes, deverá preferir processos com maior pluralismo de sujeitos, garantindo assim, maior tempo de sustentação oral na audiência, e, consequentemente, maior participação destes no incidente:

Com efeito, por exemplo, o tempo de sustentação oral na sessão de julgamento do incidente é maior para o autor e o réu do processo originário do que para todos os demais interessados. Então, o pluralismo dos sujeitos no processo originário é não apenas um fator relevante para carrear maior número de argumentos ou alegações diversificadas, mas também se revela um importante motor de repartição das formas de participação no curso do incidente. E a seleção de uma causa-piloto com maior pluralidade subjetiva termina por dividir os poderes no incidente, falando em nome do pluralismo, da maior possibilidade de intervenção e participação, e contra uma concentração de faculdades processuais nas mãos de poucos.²²

A escolha de um processo-piloto deve privilegiar aquelas demandas em que tenha havido uma ampla participação dos litigantes, “com audiências públicas, intervenção de *amicus curiae*, vários sujeitos debatendo e controvertendo as argumentações uns dos outros”²³.

Nestas demandas se opera um contraditório forte, que fornecerá ao magistrado um incidente melhor instruído, reduzindo a necessidade de mitigar o déficit do contraditório no curso do próprio incidente.

6.2.2 CONTROLE DA REPRESENTAÇÃO ADEQUADA DOS LITIGANTES EXCLUÍDOS

Ainda quanto ao contraditório rarefeito, é possível que o magistrado seja influenciado de modo a garantir a representação adequada dos litigantes excluídos.

Como a principal forma de representação dos excluídos é pela atuação dos litigantes do processo-piloto, MARINONI entende que o magistrado deverá verificar

²¹ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 231, p. 201-223, maio 2014, p. 209.

²² Ibidem, p. 211.

²³ Ibidem, p. 206.

“se o advogado da parte que faz as vezes dos excluídos é habituado a sustentações orais no tribunal ou se a parte tem condições financeiras para sustentar a viagem do seu advogado à sede de Tribunal Regional Federal”²⁴.

Ademais, o autor sugere que a representação dos litigantes seja feita pelos entes legitimados para defender os grupos cujos direitos são violados em massa, ou seja, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as associações²⁵. Como estas últimas não são encontradas em grande número no Brasil, o autor sugere que o Ministério Público e a Defensoria Pública tenham amplo poder de atuação:

Na verdade, as limitações que muitas vezes são feitas à legitimidade do Ministério Público e da Defensoria Pública para proteger determinadas espécies de direitos individuais homogêneos necessariamente devem ser deixadas de lado diante do incidente.

Daí a razão pela qual a Defensoria Pública deve ter grande espaço para atuar em favor dos litigantes que não podem ser ouvidos, desconsiderando-se se estes economicamente necessitam ou não da tutela de um Defensor Público. Por identidade de razões, na falta de participação de associação legitimada ou da Defensoria Pública, o Ministério Público necessariamente deve assumir a posição de parte, ou seja, de defensor dos direitos individuais dos litigantes que não podem falar perante a Corte, de nada importando se os direitos têm natureza tributária, etc.²⁶

A representação adequada dos litigantes excluídos configura como principal meio de defesa dos consumidores, possibilitando que eles influenciem diretamente a Corte.

6.2.3 EFEITO VINCULANTE

A possível violação ao direito de ação por meio do efeito vinculante do IRDR seria solucionada idealmente por meio de alteração legislativa para suprimir este efeito.

Há aqueles doutrinadores que afirmam que o efeito vinculante previsto para o incidente seria inconstitucional, uma vez que deveria ser instituído pela Constituição, e não pelo Código de Processo Civil, resultando em violação à garantia

²⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. Da (i)legitimidade constitucional do IRDR. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 8, n. 79, p. 78-96, jun. 2019, p. 89.

²⁵ Ibidem, p. 95.

²⁶ Ibidem, p. 95.

constitucional da independência funcional dos magistrados e à separação funcional de poderes²⁷.

Entretanto, dificilmente os consumidores afetados terão sucesso em alterar o procedimento do instituto junto ao Poder Legislativo, sendo mais aconselhável buscar soluções junto ao Poder Judiciário.

De qualquer forma, é necessário registrar a existência de discussão acerca da real necessidade de conformação constitucional para a obtenção do efeito vinculante de determinados padrões decisórios. Sob este aspecto, poder-se-ia argumentar com a possibilidade de irradiação do efeito vinculante em IRDR, ainda que dissociada de conformação constitucional.

Isto porque existe outro instituto trazido por lei ordinária que prevê esse mesmo efeito vinculante e não há crítica à sua aplicação. Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), regulamentada pela Lei 9.882/99, que em seu artigo 10, §3º dispõe: “A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público”.

O efeito vinculante da ADPF vincula não apenas o Poder Judiciário, como também o Poder Público em geral, pelo motivo apontado por MENDES:

Em verdade, o efeito vinculante decorre do particular papel político-institucional desempenhado pela Corte ou pelo Tribunal Constitucional, que deve zelar pela observância estrita da Constituição nos processos especiais concebidos para solver determinadas e específicas controvérsias constitucionais²⁸.

Foi o que fez a ADPF nº 132/RJ, em que o Supremo Tribunal Federal (STJ) reconheceu a união homoafetiva e, com base neste julgamento, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que os Cartórios de Registro Civil deveriam celebrar casamento homoafetivo²⁹.

Portanto, sob esta perspectiva, ainda que não haja alteração *lege ferenda* do IRDR, cabe o registro de que o efeito vinculante daí advindo poderia ocorrer a partir dos mesmos parâmetros da ADPF.

²⁷ ABBOUD, Georges; CAVALCANTI, Marcos. **Inconstitucionalidades do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório**. Revista de Processo RT, São Paulo, vol. 240, p. 221-242, fev. 2015, p. 222-223.

²⁸ MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1227.

²⁹ Migalhas. **Cartórios devem celebrar casamento homoafetivo, determina CNJ**. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI178343,41046-Cartorios+devem+celebrar+casamento+homoafetivo+determina+CNJ>> Acesso em: 27 nov. 2019.

Por certo não se trata de opinião unânime, subsistindo outras tantas posições que indicam que o efeito vinculante depende de prévia conformação constitucional, o que resultaria na necessidade de revisão constitucional. Contudo, aprofundar a contraposição destas opiniões escapa à órbita do presente estudo.

6.2.3.1 *OPT IN E OPT OUT*

Ainda no tocante à violação do direito de ação, aponta-se como solução para esta questão a possibilidade dos litigantes requererem sua auto exclusão do incidente (*opt out*), caso eles demonstrem a distinção do seu caso em relação à questão de direito debatida³⁰.

Da mesma forma, é possível que os litigantes que ainda não participam do incidente, mas desejam (*opt in*), requeiram a suspensão de sua ação por homogeneidade com a questão afetada.³¹

Assim, se concede aos consumidores afetados pelo IRDR a possibilidade de poderem se vincular ou não à tese jurídica fixada no incidente, consistindo em medida estratégica de defesa nas demandas contra grandes empresas.

7 CONCLUSÃO

Da análise dos julgados apresentados, verificou-se que as teses jurídicas proferidas nos incidentes foram favoráveis às grandes empresas envolvidas nos processos.

Já do estudo do procedimento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, notou-se que os grandes litigantes possuem vantagens processuais quanto à escolha do processo piloto e à falta de representação adequada dos litigantes excluídos.

Ainda, a litigiosidade de massa foi apontada como um dos fatores que influenciam os magistrados a adotarem teses jurídicas que resultarão em diminuição do número de processos pendentes ou futuros sobre a questão discutida, visando a redução da carga de trabalho.

³⁰ MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo código de processo civil. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 243, p. 283-331, maio 2015, p. 294.

³¹ Ibidem, p. 295.

Por fim, dos apontamentos da doutrina foram elencadas as críticas aventadas ao instituto e as possíveis medidas a serem tomadas para corrigi-las, permitindo um nivelamento de forças entre os consumidores e as grandes empresas litigantes.

Contudo, quando se toma como base os julgados aqui analisados, o prognóstico da utilização do IRDR pelos Tribunais não é positivo para os consumidores.

A doutrina indica que o magistrado deverá atuar no incidente para escolher o processo-piloto privilegiando o contraditório substancial, para possibilitar requerimentos de *opt out* ou *opt in* e para garantir a representação adequada dos litigantes excluídos. Entretanto, essas medidas tornam o julgamento da demanda mais complexo, o que dificilmente será permitido pelo magistrado, que, como já se indicou neste estudo, lida com a massificação dos litígios diariamente e busca a solução mais conveniente para reduzir sua carga de trabalho.

Por fim, ainda que seja garantida em maior ou menor grau a representação adequada dos litigantes, nada garante que estes conseguirão efetivamente influenciar na decisão da Corte. Nos julgados analisados, mesmo nos processos em que o Ministério Público, a Defensoria Pública e as associações apresentaram manifestações favoráveis aos consumidores, o juízo decidiu de maneira contrária, privilegiando as grandes empresas.

De qualquer forma, espera-se que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas seja utilizado com cautela para o enfrentamento da litigiosidade de massa, uma vez que não se pode privilegiar a Justiça em números, em total desconsideração pelos litigantes que têm seu direito fundamental à participação no processo violado.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; CAVALCANTI, Marcos. Inconstitucionalidades do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 240, p. 221-242, fev. 2015.

AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um “incidente de resolução de demandas repetitivas”. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 196. p. 237-273, jun. 2011.

BRASIL. **Código de Processo Civil (2015)**. Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.882/99**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9882.htm Acesso em: 27 nov. 2019.

CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 231, p. 201-223, maio 2014.

CARVALHO, Raphaelle Costa. O incidente de resolução de demandas repetitivas: breve análise de sua estrutura e de seu papel na realidade processual brasileira. **Revista de Processo RT**, vol. 250, dez. 2015.

Conselho Nacional de Justiça. **Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/bnpr-web/> Acesso em: 13 dez. 2019.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol.193, p. 255-279, mar. 2011.

e-Diário do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. **IRDR nº 040/2016**. Disponível em: <https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/component/ediario/484460?view=content> Acesso em: 03 nov. 2019.

FOGAÇA, Mateus Vargas; CAMBI, Eduardo. Incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 243, p. 1-25, maio 2015.

GAIO JR., Antonio. Incidente de resolução de demandas repetitivas no projeto do novo CPC – Breves apontamentos. **Revista de Processo RT**, vol. 199, dez. 2013.

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Garantismo, contraditório fluido, recursos repetitivos e incidentes de coletivização. *In O novo código de processo civil: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais*, Coordenação Marcia Cristina Xavier de Souza e Walter dos Santos Rodrigues, Rio de Janeiro : Campus Elsevier, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e dos recursos extraordinário e especial repetitivos. **Revista de Processo RT**, vol. 249, nov. 2015.

_____. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: decisão de questão idêntica x precedente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. Da (i)legitimidade constitucional do IRDR. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 8, n. 79, p. 78-96, jun. 2019.

MATTEI, Claudia; SILVA, Gilson Hugo Rodrigo. A efetividade do processo e as demandas repetitivas. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, vol. 12, p. 35-54, 2º semestre 2012.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo código de processo civil. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 243, p. 283-331, maio 2015.

_____; SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Ações coletivas e incidente de resolução de demandas repetitivas: algumas considerações sobre a solução coletiva de conflitos. **Revista Direito e Paz**, São Paulo, vol. 35, p. 256-281, 2º semestre 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Migalhas. **Cartórios devem celebrar casamento homoafetivo, determina CNJ**. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI178343,41046->

Cartorios+devem+celebrar+casamento+homoafetivo+determina+CNJ> Acesso em: 27 nov. 2019.

NOGUEIRA, Gustavo. A coletivização das demandas individuais no NCPC e sua convivência com as demandas coletivas. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 255, p. 1-13, maio 2016.

NUNES, Bruno José Silva. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, vol. 47, p. 297-318, jan./jun. 2016.

PRADO, Pedro Henrique Lisboa. **5 Direitos do Consumidor em Bancos**. Disponível em: <<https://phlisboaprado.jusbrasil.com.br/artigos/319734279/5-direitos-do-consumidor-em-bancos>> Acesso em: 05 nov. 2019.

REICHELTE, Luis Alberto. O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil brasileiro e o redimensionamento do papel constitucionalmente associado aos tribunais de justiça e aos tribunais regionais federais. **Revista de Processo RT**, vol. 248, out. 2015.

ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira: súmula vinculante e o incidente de resolução de demandas repetitivas. **Revista de Processo RT**, São Paulo, vol. 208, p. 203-240, 2012.

Rota Jurídica. **IRDR nº 1.0000.16.032795-3/000**, p. 11-12. Disponível em: <<https://www.rotajuridica.com.br/wp-content/uploads/2018/10/INCIDENTE-DE-RESOLU%C3%87%C3%83O-DE-DEMANDAS-REPETITIVAS-N%C2%BA-5191712.12.2016.8.09.0000.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2019

TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. Incidente de resolução de demandas repetitivas: projeções em torno de sua eficiência. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, vol. 16, p. 211-239, jul./dez. 2015.

Tribunal de Justiça de Goiás. **IRDR nº 5191712.12.2016.8.09.0000 – Tema 1**. Disponível em: <<https://www.tjgo.jus.br/index.php/nucleo-de-gerenciamento-de-precedentes-nugep/irdr>> Acesso em: 04 nov. 2019.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **IRDR nº 1.0000.16.032795-3/000**. Disponível em: <https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_complemento2.jsp?listaProcessos=10000160327953000>. Acesso em: 04 nov. 2019.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **IRDR nº 1.0105.16.000562-2/001**. Disponível em: <https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_complemento2.jsp?listaProcessos=10105160005622001>. Acesso em: 03 nov. 2019.

Tribunal de Justiça de São Paulo. **IRDR nº 2121567-08.2016.8.26.0000**. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Nugep/Irdrr/DetailheTema?codigoNoticia=51079&pagina=1>> Acesso em: 04 nov. 2019.